

Justiça de Alagoas adia há 5 anos concurso para juiz

Cerca de 2.000 bacharéis e advogados esperam há cinco anos a realização de concurso para o preenchimento de 80 vagas de juizes substitutos em Alagoas. Além da oportunidade adiada indefinidamente de ingressar na magistratura, os candidatos lamentam também os R\$ 150 pagos no ato da inscrição e que não foram devolvidos. Enquanto isso, a população é prejudicada com a falta de juizes em várias comarcas do estado.

No Tribunal de Justiça de Alagoas ninguém se manifesta oficialmente sobre o assunto. Quem explica a situação é a secretária especial da presidência do TJ, Irani Tenório. “É estranho, mas se não tem dinheiro como é que vai pagar os juizes [eventualmente] nomeados?”. De acordo com Irani, não havia previsão orçamentária para a nomeação dos novos juizes. Segundo o edital, cada juiz receberia R\$ 5.200. Com isso cancelou-se o concurso. E esqueceu-se a inscrição paga pelos candidatos.

Segundo apurou a **Consultor Jurídico**, o atual presidente do TJ-AL Estácio Luiz Gama de Lima pretende aplicar as provas ainda este ano. Nisso acredita o presidente da OAB do estado **Marcos Bernardes de Mello**. “O concurso vai ser reativado, o presidente [Gama de Lima] declarou”, diz.

Mas não há consenso de que isso possa acontecer: “O tribunal não tem verba para 2005”, diz a secretária do presidente. Não tinha sob a gestão do presidente Orlando Manso, que convocou o concurso, e não tem agora, sob a nova direção que pretende executá-lo.

A questão que fica é: como o tribunal abriu um concurso sem saber ao certo se iria poder custear a remuneração das vagas oferecidas e se compromete a reativar o concurso se não há orçamento? A ela, os entrevistados pela **ConJur** não souberam responder.

Procurado pela reportagem, o diretor do Departamento de Comunicação do tribunal **Vladimir Calheiros** afirmou não poder “largar o serviço que tenho para fazer para responder sobre uma coisa que aconteceu há tantos anos”.

O editor do jornal *Extra*, de Maceió, **Fernando Araújo**, no entanto, arrisca: “Eles querem aplicar as provas a toque de caixa antes que a Reforma do Judiciário entre em vigor e a fiscalização dos atos do tribunal seja maior”.

Esse não é o único revés em torno do concurso. No mesmo ano em que as inscrições foram abertas, a OAB-AL impetrou uma ação direta de inconstitucionalidade impugnando algumas questões previstas para a prova. De acordo com Mello, elas não eram isonômicas, prejudicavam alguns candidatos e beneficiavam outros. A Ordem conseguiu uma liminar para que o tribunal retificasse os pontos questionados, mas o mérito da questão ainda não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa também não é a primeira vez que um concurso do TJ-AL vira objeto de questionamento sobre sua idoneidade. Reportagem publicada pelo *Extra*, acusa os desembargadores do tribunal de nepotismo no concurso para serventuário da Justiça, na época do presidente Geraldo Tenório Silveira. A notícia publicou a lista com os nomes de 37 parentes e apadrinhados dos desembargadores com emprego em

órgãos da Justiça alagoana.

A situação não é ruim apenas para quem pretende ser juiz em Alagoas. É pior para quem precisa dos serviços da Justiça no estado, já que a falta de juizes é grave. “Pior para quem se inscreveu e para a comunidade que está precisando de juízes”, diz o presidente da OAB-AL. E conclui a secretária da presidência, Irani Tenório: “A situação é muito crítica. Tem juiz respondendo por mais de duas varas”.

Date Created

11/03/2005